AESE ESCOLA DE DIRECÇÃO E NEGÓCIOS
Correio da AESE
7.JAN.2014
N.618
DOCUMENTAÇÃO
www.aese.pt

Imigrantes da UE sem emprego: nem tantos nem tão aproveitados

A Comissão Europeia propôs-se rebater a ideia de que a livre mobilidade dentro da UE está a favorecer um "turismo de prestações", pelo qual cidadãos inativos da UE se aproveitam do Estado Providência de outros países. Os dados apresentados pela Comissão mostram que esse fenómeno é mais reduzido do que afirmam os partidos eurocéticos. Mas também se compreende que alguns dos países que recebem mais comunitários sem trabalho queiram regulamentar melhor a entrada.

O aumento de popularidade da Frente Nacional em França, do UKIP na Grã-Bretanha, ou do Partido Liberal na Áustria, que reclamam mais controlos sobre os fluxos migratórios dentro do continente, reflete a inquietação de muitos europeus perante a imigração. Um dos temas que preocupa é a crescente chegada de estrangeiros comunitários inativos a outros países da União Europeia.

A maioria deles transfere-se para ir trabalhar

Será que existe verdadeiramente uma "avalanche" de imigrantes deste tipo? A Comissão Europeia contou-os num estudo ("A fact finding analysis on the impact on the Member States' social security systems of the entitlements of non-active intra-EU migrants to special non-contributory cash benefits and healthcare granted on the basis of residence"; 14.10.2013) e concluiu que o número é baixo: 5 milhões e meio de pessoas que representam 1% da população da União Europeia. Mas há diferenças conforme os países: no Luxemburgo, constituem 14% da população; em Chipre, são 4%; e, na Bélgica e na Irlanda, são 3%.

A perceção de serem poucos, muda muito quando se compara dentro de cada país a percentagem de estrangeiros comunitários que trabalham com os que não o fazem. Por exemplo: 52% dos imigrantes europeus que residem em Espanha (2,3 milhões em 2012) são inativos; a maioria desse coletivo é formada pelos romenos (38%) e, a bastante distância, pelos britânicos (15% que, em grande parte, serão pensionistas reformados a gozar o sol espanhol) e outros cidadãos da União Europeia. Em média, os cidadãos da UE que se transferiram para outros países, é mais provável que estejam a trabalhar do que os nacionais do país hóspede, mesmo que – reconhece a Comissão – em parte isto se deva ao facto de ser mais provável que os primeiros pertençam à faixa etária dos 15-64 anos.

Segundo o comissário para o Emprego, László Andor, "o estudo mostra que a maioria dos cidadãos da UE que se transferem para outros países da zona o fazem para trabalhar e revela que o chamado 'turismo de prestações' não é grande nem sistemático".

Outro dado que inquieta os partidos que querem endurecer a entrada, é que os fluxos de comunitários inativos estão a aumentar, sobretudo em países com altos níveis de emprego. Entre 2006 e 2012, na Grã-Bretanha, passaram de 431.687 para 611.779 (o equivalente à população da cidade de Glasgow). Entre 2005 e 2012, a Áustria teve um aumento de 81.301 para 111.800. O peso dos inativos também cresce em países com níveis mais baixos de emprego: no ano passado havia 925.183 em Espanha, quatro vezes mais do que em 2003.

O gasto público pelos comunitários inativos

Dentro do gasto público, o pagamento de prestações que não são contributivas (complementos de reforma, invalidez, por filho a cargo…) a estrangeiros comunitários sem emprego, representa menos de 1% na Áustria, Bulgária, Estónia, Grécia, Malta e Portugal; entre 1% e 5% na Alemanha, Finlândia, França, Holanda e Suécia; e mais de 5% na Bélgica e Irlanda. O relatório não apresenta dados sobre os restantes países.

No capítulo de prestações por desemprego contributivo, os inativos de fora fazem um maior uso proporcional do que os nacionais. Há duas exceções: a Holanda, onde estão a par; e a Grã-Bretanha, onde apenas 1% dos comunitários sem emprego recebe prestação, contra 4% dos nacionais.

O gasto sanitário destinado a comunitários sem emprego corresponde a 0,2% do orçamento dedicado à saúde no continente, 0,01% do PIB comunitário. Sendo assim, não parece que o sistema de saúde dos países de acolhimento esteja ameaçado por uma avalanche de pedidos.

Mas, novamente, existem diferenças entre países: na Grã-Bretanha, o gasto de saúde por comunitários inativos ronda os 1.800 milhões de euros, contra os 4 milhões de euros destinados pela França. Outro país europeu com um problema similar ao da Grã-Bretanha é a Itália, onde o gasto de saúde em comunitários inativos é de 732 milhões.

OCDE: Aumentam os imigrantes, mas o desemprego afeta-os mais

Nos países da OCDE, a imigração aumentou após três anos de contínua descida durante a crise. Esta subida é impulsionada, em grande parte, por pessoas que se deslocam dentro da União Euro-peia. No entanto, as perspetivas de emprego dos imigrantes têm piorado: quase um em cada dois imigrantes desempregados na Europa ainda se encontra à procura de trabalho passados mais de 12 meses, segundo o relatório da OCDE "International Migration Outlook 2013".

O relatório mostra que a imigração em países da OCDE aumentou, em 2011, 2% relativamente ao ano anterior, até alcançar quase 4 milhões de deslocações. Dados parciais de 2012 indicam um aumento de percentagem similar ao anterior. A imigração representou 40% do aumento total da população na área da OCDE na década de 2001 a 2011.

Dentro da OCDE, as migrações entre países da União Europeia aumentaram 15% em 2011, após uma descida de quase 40% durante os primeiros anos da crise (2007-10). O número de pessoas que saem dos países mais afetados pela crise subiu até 45% entre 2009 e 2011. A Alemanha registou um aumento dos imigrantes gregos, espanhóis, portugueses e italianos. A migração para os Estados Unidos manteve-se estável em 2011, aumentando 2%. A Itália teve uma queda do número de imigrantes de 11%.

Quanto aos fluxos de fora da OCDE, a imigração asiática continua a crescer e alcançou 36% do total em 2011. A Índia e a China continuam a ser os principais países dos que emigram. Também aumentam os estudantes estrangeiros que chegam a países da OCDE: em 2010, ultrapassaram os 2,6 milhões.

Nos países da OCDE, os imigrantes foram mais afetados do que os nacionais pelo aumento do desemprego. A subida da taxa de desemprego entre 2008 e 2012 foi de 8,1% para 12,9% entre os primeiros, e de 5,4% para 8,7% entre os segundos.

O desemprego de longa duração aumentou consideravelmente entre os imigrantes. Os que ficaram sem trabalho, durante mais de um ano, passaram de 31% para 44% no mesmo período.

Por exemplo, em Espanha, os residentes estrangeiros com licença válida eram 5,4 milhões em setembro de 2012, o que pressupõe um aumento de 3,1% em relação ao ano anterior. Cerca de 2,7 milhões são cidadãos de outros países da UE, sobretudo Roménia (35%). Os outros 2,7 milhões são cidadãos de países não comunitários, sobretudo de Marrocos (30%), Equador (13%) e Colômbia (8%).

Em 2012, observou-se uma diminuição do número de entradas em Espanha. O saldo migratório (incluindo os nacionais e estrangeiros) situou-se em torno de –50.000 em 2011, o primeiro dado negativo em muitos anos. Em 2012, estima-se ainda mais baixo: cerca de –180.000.

O número de espanhóis que emigram foi subindo de 37.000 em 2010, para 57.000 em 2011 e baixou para 55.000 entre janeiro e setembro de 2012. Os números absolutos continuam a ser baixos e incluem cidadãos recentemente naturalizados.

O número de naturalizações em Espanha continuou a aumentar em 2011: cerca de 115.000. Desde 1999, obtiveram a nacionalidade mais de 710.000 estrangeiros. Mas deve ter-se em conta que também podem ser pessoas que nunca estiveram em Espanha, tendo obtido a nacionalidade por serem descendentes de espanhóis emigrados.

A taxa de desemprego dos estrangeiros atingiu 34,8% em finais de 2011 e aumentou para 36,5% em finais de 2012, contra 24,2% entre os nacionais.

J. I. M.

EUA: republicanos e democratas aproximam-se sobre a imigração

Desde as eleições presidenciais de novembro de 2012, o debate sobre a reforma migratória nos Estados Unidos conheceu uma nova reviravolta. Pela primeira vez, a cúpula do Partido Republicano mostrou-se favorável à regularização dos 11 milhões de indocumentados que vivem no país. Por seu turno, Obama está a conseguir transmitir a sensação de que

as fronteiras são seguras graças à política de vigilância que implantou no seu primeiro mandato.

Os senadores que integram o chamado "comité dos oito", quatro democratas e quatro republicanos, têm tentado redigir um novo projeto de reforma migratória. O líder democrata do grupo, o senador por Nova Iorque, Charles E. Schumer, considera que se poderia conseguir um texto consensual. Mas o senador hispânico Marco Rubio, republicano, sublinha que ainda há divergências.

Rubio e os outros três republicanos (entre eles, o veterano John McCain) não querem dar um passo em falso. É verdade que, por um lado, contam com o apoio da cúpula do G.O.P. Após a derrota nas eleições de novembro do ano passado, nas quais Obama foi reeleito com mais de 70% dos votos hispânicos, o Comité Nacional do Partido Republicano observa com clareza que deve flexibilizar a sua posição neste debate para poder regressar à Casa Branca. Isto inclui dar uma oportunidade aos 11 milhões de sem papéis para poderem regularizar o seu estatuto e, depois de um longo processo, adquirirem inclusivamente a cidadania.

Mas, por outro lado, os republicanos do "comité dos oito" procuram evitar que os seus colegas mais renitentes bloqueiem a reforma na Câmara de Representantes. McCain não esqueceu a derrota que sofreu em 2007 outra iniciativa bipartidária que ele promoveu. A reforma foi frustrada pelos representantes republicanos, que encararam o processo de regularização então proposto como uma amnistia geral para os sem papéis.

Ambas as partes do "comité dos oito" concordam em que se deve regularizar a situação dos 11 milhões de imigrantes ilegais, embora divirjam sobre os prazos de acesso à cidadania.

Poderia vir a haver um processo de regularização com diversos passos. Primeiro, os indocumentados teriam de se registar perante a Administração; após a comprovação dos seus antecedentes, deveriam pagar uma multa e os impostos federais em atraso; com isto obteriam uma licença de residência que os autorizaria a trabalhar e a obter a carta de condução. Ao fim de dez anos nesta situação legal, poderiam obter a licença de residência permanente (*green card*), para o que deveriam ser aprovados numa prova de inglês e de conhecimentos sobre a história dos EUA. Passados mais três anos, poderiam optar pela cidadania.

Outros pontos que têm sido debatidos são: a criação de novos vistos de trabalho para imigrantes altamente qualificados e outros – em função das necessidades económicas do país – para trabalhadores agrícolas e pouco qualificados; a redução de vistos para o reagrupamento familiar; o aumento de controlos na fronteira; e a criação de uma comissão formada por líderes políticos dos estados fronteiriços que julgue o cumprimento desses controlos.

Reativa-se o fluxo de ilegais

Os republicanos não são os únicos a mudar de comportamento neste debate: antes deles, fêlo Obama. Durante o seu primeiro mandato, o presidente levou a cabo uma política restritiva com a qual conseguiu travar o fluxo migratório do México para os EUA e aumentar a segurança nas fronteiras: mais de 21.000 agentes federais, 300 torres e 9 drones vigiam um muro de 1.047 quilómetros.

Em 2012, quase 410.000 sem papéis foram deportados, 25% mais do que em 2007 quando governava Bush. Em 2011, as detenções daqueles que procuram cruzar a fronteira de modo ilegal caíram para 340.000, o número mais baixo em 40 anos. Tanto os especialistas do Migration Institute Policy, como os do Pew Hispanic Center, atribuem esta descida ao efeito dissuasório das medidas de vigilância.

Mas alguns republicanos minimizam a mão firme de Obama: citam um relatório publicado pelo governo em dezembro de 2011, no qual se diz que a Patrulha Fronteiriça só conseguiu deter 61% dos que entraram ilegalmente no país. Também argumentam que, mal melhorarem as oportunidades económicas nos EUA, voltará a reativar-se a chegada de sem papéis.

A favor desta tese jogam os últimos dados publicados pelo "Inquérito sobre Migração na Fronteira Norte do México", realizado pelo Tomás Rivera Policy Institute (Universidade da Carolina do Sul) e por El Colegio de la Frontera Norte. Após quatro anos de descida consecutiva (entre 2008 e 2011), o fluxo migratório ilegal do México para os EUA voltou a subir. No primeiro trimestre de 2012, o aumento foi de 42% e, no segundo, de 14%. De qualquer forma, o relatório adverte que ainda é cedo para saber se terá havido uma mudança de tendência.

Enquanto se vai discutindo os pormenores da reforma, diversos grupos conservadores como o American Action Forum e a Hispanic Leadership Network têm-se mobilizado para procurar convencer as bases republicanas de que o novo processo de regularização não é uma amnistia para os sem papéis.

Desde que se aprovou, em 1986, o Immigration Reform and Control Act, pelo qual 2,7 milhões de indocumentados obtiveram papéis (desses, um pouco mais de um milhão já são cidadãos norte-americanos), aprovaram-se outras leis que deram origem a pequenas ondas de regularização: o Chinese Student Protection Act de 1992; o Nicaraguan Adjustment and Central American Relief Act de 1997; e o Haitian Refugee Immigration Fairness Act de 1998.

J. M.